



Intercom - Revista Brasileira de Ciências

da Comunicação

ISSN: 1809-5844

intercom@usp.br

Sociedade Brasileira de Estudos

Interdisciplinares da Comunicação

Brasil

Vidal Nunes, Márcia; Farias de Oliveira, Catarina Tereza

Curso de graduação em Jornalismo da Terra: construindo uma outra comunicação pela
vivência de uma cidadania insurgente

Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 39, núm. 3, septiembre-
diciembre, 2016, pp. 19-36

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69848915002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Curso de graduação em Jornalismo da Terra: construindo uma outra comunicação pela vivência de uma cidadania insurgente

Undergraduate degree in Earth Journalism: building another communication by the experience of an insurgent citizenship

Graduación en Periodismo de la Tierra: la construcción de una nueva comunicación por la experiencia de una ciudadanía insurgente

DOI: 10.1590/1809-5844201632

Márcia Vidal Nunes

Catarina Tereza Farias de Oliveira

(Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Fortaleza – CE, Brasil)

Resumo

O objetivo deste trabalho é avaliar a contribuição do curso de graduação em Jornalismo da Terra, da Universidade Federal do Ceará, à reflexão dos processos de comunicação internos e externos dos assentados e assentadas do MST e do MAB no Brasil. A metodologia utilizada foi a descrição de aspectos diversos do curso e a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) dos 45 trabalhos de conclusão de graduação dos alunos. Estes trabalhos, abordando temáticas de natureza diversa, analisando experiências de comunicação nos assentamentos e na sociedade, ou realizando produtos de comunicação alternativos, demonstram a participação do curso na reflexão da Comunicação entre os militantes do Movimento Sem Terra e com a sociedade em geral, ampliando o exercício de uma cidadania, que se classificaria como insurgente, na concepção de Holston (2013).

Palavras chave: Jornalismo da Terra. Cidadania. Comunicação. Reforma agrária. Mídia. Educação.

Abstract

The objective of this study is to evaluate the Earth Journalism course, the contribution of the Universidade Federal do Ceará to the reflection of internal and external communication processes of settlements and settlers of the MST in Brazil. The methodology used was the account of various aspects of the course and content analysis (BARDIN, 2011) of 45 works of completion of undergraduate students. These work, by addressing issues of different nature, analyzing communication experiences in the settlements and society, or performing alternative communication products, demonstrate the participation of the ongoing reflection on Communication between activists of the Landless Move-

ment and society in general, expanding the exercise of citizenship, which would qualify as insurgent in the design of Holston (2013).

Keywords: Earth Journalism. Citizenship. Communication. Land reform. Media. Education.

Resumen

El objetivo de este estudio es evaluar la contribución de curso Periodismo de la Tierra, de la Universidad Federal de Ceará, para el reflejo de los procesos de comunicación interna y externa de los asentados y asentadas del MST y do MAB en Brasil. La metodología utilizada fue la descripción de varios aspectos del curso y el análisis de contenido (BARDIN, 2011) de 45 tesis de grado de los estudiantes. Estos trabajos sobre temas de naturaleza diversa, analizan experiencias de comunicación en los asentamientos y en la sociedad, o realizan productos de comunicación alternativos, demuestran la participación del curso en la reflexión de la Comunicación los activistas del Movimiento Sin Tierra con la sociedad en general, de modo a amplificar el ejercicio de la ciudadanía, que podría considerarse insurgente en la concepción de Holston (2013).

Palabras clave: Periodismo de la tierra. La ciudadanía. Comunicación. La reforma agraria. Medios de Comunicación. Educación.

Introdução

O curso de graduação em Jornalismo da Terra foi criado justamente para atender a demanda apresentada pelos assentados e assentadas da reforma agrária, ou seja, os beneficiários da distribuição de lotes de terras, em sistema de concessão, pelo Estado brasileiro, visando, com a formação de jornalistas, garantir o acesso da população do campo, nas áreas de assentamentos, a uma comunicação em sintonia com os interesses dos assentados e assentadas¹ da reforma agrária.

Ele foi ofertado, em turma única, em decorrência de um convênio entre a Universidade Federal do Ceará e Ministério do Desenvolvimento Agrário (representado pela INCRA/Ceará), para 60 assentados e assentadas da reforma agrária de 22 Estados do Brasil e do Distrito Federal, dependendo da aprovação no vestibular. Dessa forma, o curso atingiu, diretamente, 60 assentamentos²; e, indiretamente, um público de 300 assentamentos em

¹ Os assentados são os trabalhadores rurais que recebem o lote de terra, fornecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para explorá-lo para seu sustento, usando mão de obra exclusivamente familiar. Os beneficiados não podem vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros. Até que possuam a escritura definitiva do lote de terra recebido, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao INCRA. Fonte: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 19 set. 2016.

² Os estudantes do curso de Jornalismo da Terra eram provenientes dos seguintes assentamentos: Novo Horizonte, Ceará; Mártires de Abril, PA; Carlos Lamarca, São Paulo; 40-45, Goiás; Itaituba, Pará; Fazenda Pirituba Agrovila I; Mártires de Abril, Pará; Palmares, Ceará; Santa Bárbara, Ceará; Olga Benário, Paraná; Januário Moreira, Pernambuco; Comuna da Terra Irmã Alberta, São Paulo; Contestado, Paraná; Milton Santos, São Paulo; São Sebastião da Utinga, Bahia; Lucas Dantas, Bahia; Imperatriz, Maranhão; Marreca, Piauí; 29 de maio, Ceará; Flores, Ceará; São Manoel, Ceará; Erechim, Rio Grande do Sul; Normandia, Pernambuco; P.A. Lenin Paz II, Ceará; Boa Esperança, Rio de Janeiro; Novo Alagamar, Ceará; Coqueirinho, Ceará; Lisboa, Piauí; Palmares, Ceará; Madre Paulina, Pernambuco; 17 de abril, Pará; Sabiaguaba, Ceará; Vila Diamante, Maranhão; Josué de Castro, Pernambuco; Terra, Trabalho e Liberdade, Rio Grande do Norte; Diamante Negro, Maranhão; Lagoa do Mato Camara/Zumbi dos Palmares, Ceará; Santa Rosa II, Paraná; Lagoa do Mineiro, Ceará; assentamento Santana, Ceará; P.A Madre Cristina, Goiânia; P.A Oziel Alves Pereira, Minas Gerais.

todo o país, mediante o trabalho de formação que os graduandos passaram a desenvolver nos Estados e em outros assentamentos, tendo como perspectiva o atendimento, aproximadamente, de cinco assentamentos por educando.

O curso de Bacharelado em Comunicação, com graduação em Jornalismo da Terra, realizado no período de 2010 a 2013, formou 45 alunos dos 60 que iniciaram. Da mesma forma, por meio do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, pelo Governo Federal, e de outras políticas públicas, cerca de quatro mil estudantes ingressaram nos cursos de graduação, por intermédio da parceria com pelo menos 50 instituições de ensino, com aproximadamente cem turmas de cursos superiores. O PRONERA propõe e apoia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, cujo público alvo é composto por jovens e adultos dos projetos de assentamento criados pelo INCRA³.

Estas políticas públicas possibilitaram a atuação de cerca de quatro mil educadores, de nível médio superior, em áreas de reforma agrária. Além dos educadores, os assentamentos são espaço de atuação para cerca de 200 técnicos agrícolas, veterinários e agrônomos responsáveis pela assistência técnica, assistentes sociais e, agora, jornalistas. Desta forma, ainda que em números absolutos, as 60 vagas abertas pelo curso de Jornalismo da Terra hajam parecido insuficientes, para as demandas profissionais e de escolarização, seu impacto real foi significativo, dado o pioneirismo do curso, para minorar as deficiências na Comunicação interna entre os assentados e destes com o restante da sociedade. Os profissionais formados passaram a atuar nos veículos de comunicação no interior dos assentamentos, principalmente nas rádios comunitárias internas, bem como exercendo atividades relacionadas à Comunicação inseridas dentro do processo de luta dos assentados, ou, até mesmo, em posições políticas de destaque na organização interna do MST.

O profissional de jornalismo, capacitado para área comunitária e agrária, possui melhores condições de desenvolver meios e formas próprias de comunicação que favoreçam a sociabilidade das famílias assentadas, melhorando o fluxo interno de comunicação e o diálogo destas comunidades com as localidades onde estão inseridas. Seu trabalho, associado às estruturas já existentes, como a própria escola e a assistência técnica, potencializam mutuamente estas atividades e permitem o desenvolvimento social destas comunidades, partindo do princípio “freireano” de que é por meio da Comunicação que os seres humanos forjam-se sujeitos (FREIRE, 1983).

Considerando a realidade política, social, econômica e educacional brasileira, com ênfase na questão agrária, na convivência com o semi-árido e na necessidade de um desenvolvimento do campo, que garanta a sustentabilidade econômica, social,

³ Fonte: site <http://www.incra.com.br>. Acesso em: 19 set. 2016.

ambiental e democrática da população camponesa, este projeto objetivou compreender a Comunicação, sua organização de trabalho e sua função como instituição inserida no contexto histórico, social e cultural, buscando alternativas de ação na construção de uma Comunicação Comunitária de boa qualidade para todos, em que pudesse haver o resgate e o estabelecimento de relações sócio-econômicas e ambientais para a convivência com o semi-árido; habilitando comunicadores de áreas de assentamentos, em curso superior, para o exercício do Jornalismo no campo.

A luta pelo acesso à educação demonstra que os sem terra querem ampliar o exercício da cidadania, que não pode ser reduzido, apenas, à cidadania política:

[...] a democracia política não é suficiente para garantir a cidadania civil e social e para produzir um estado democrático de direito. Sem esses dois elementos, a realização da cidadania democrática continua ineficaz, e a própria democracia política perde legitimidade como forma de governo. Portanto, o problema das concepções políticas estreitas da democracia é que não conseguem analisar as próprias contradições que caracterizam os processos democráticos contemporâneos em todo o mundo e que solapam democracias políticas existentes de fato [...] (HOLSTON, 2013, p.298).

No Brasil, o que sempre predominou foi a cidadania diferenciada (HOLSTON, 2013) que implicou na vivência de direitos políticos, sociais e civis de acordo com o posicionamento social.

Em muitas nações, independência e governo republicano assinalam o desenvolvimento de movimentos pela igualdade de direitos, mas o começo da República no Brasil marcou o início de disparidades ainda maiores entre os cidadãos. Como resultado, a maioria dos brasileiros teve direitos de cidadania desiguais durante séculos sob os regimes colonial, imperial e republicano. Essa extraordinária persistência de desigualdade de massas caracteriza todos os aspectos da cidadania, não apenas os políticos, e afeta tanto a sociedade quanto o Estado. Os brasileiros captaram a imensidão dessa desigualdade de forma sucinta num aforismo: “O Brasil é uma terra sem povo e um povo sem terra” (HOLSTON, 2013, p.155).

Educação: prioridade do Movimento Sem Terra

Os assentados e assentadas conotaram à reforma agrária uma compreensão maior do que a simples distribuição de terras. A reforma agrária passou a ser entendida como um conjunto de políticas que permitissem uma vida digna e de qualidade no campo. É neste

contexto que se inseriram ações como o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária – PRONERA; mas, também, a demanda por qualificar as ações de comunicação dos sem terra, tantas vezes criminalizados ou discriminados pela mídia.

Assim, a Universidade Federal do Ceará (UFC) propôs a criação da modalidade Bacharelado em Comunicação (habilitação em Jornalismo) – Programa para Formação de Comunicadores do Campo/ (JORNALISMO DA TERRA), disponibilizando seus recursos e pessoal docente, discente e técnico-administrativo, para contribuir com a formação superior de jornalistas que atuavam no campo, em áreas de reforma agrária.

Eram aproximadamente 1.620 assentamentos criados pelo INCRA até 1999, no Nordeste. A formação de jornalistas, nestes assentamentos, foi um desafio assumido pela UFC em parceria com o INCRA/Ceará, para garantir a luta dos comunicadores em defesa de uma formação continuada para o exercício da Comunicação, bem como lhes proporcionar uma formação adequada às características e aos desafios da realidade específica do campo.

A construção do projeto do curso de Jornalismo da Terra se deu na perspectiva dialógica, com a participação coletiva dos assentados e assentadas da reforma agrária em todas as fases do processo e tomando por base sua realidade concreta:

A educação, pelo contrário, em lugar de ser esta transferência do saber – que o torna quase “morto” –, é situação gnosiológica em seu sentido mais amplo. Por isto é que a tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dele discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus comunicados.

A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados (FREIRE, 1983, p.46).

O sujeito objeto da educação constrói a si próprio à medida em que se integra à sua realidade concreta. A possibilidade do sujeito fazer-se a si próprio, enquanto transforma a realidade e se produz como um sujeito histórico é ressaltada por Caldart (2004, p.332-333): “Em todos os tempos foi assim. As lutas sociais produziram as transformações históricas porque conformaram os próprios sujeitos capazes de fazê-las e de consolidar os novos parâmetros da vida em sociedade que criavam”.

Etapas do curso de Jornalismo da Terra

O projeto do curso de Jornalismo da Terra, desde o processo de sua elaboração, foi resultado de uma ação coletiva do INCRA Ceará, da equipe da Universidade Federal do

Ceará e das comunidades assentadas, cada um desempenhando um papel fundamental para a concretização de todas as ações.

Desde agosto de 2009, iniciamos o processo de trabalho voltado à implantação do curso, por meio do qual se mobilizaram as parcerias, realizaram-se reuniões para planejamento das primeiras atividades de ensino, executou-se a seleção de estudantes universitários para as atividades de apoio ao ensino e extensão de professores, com formação específica (graduação e pós-graduação), para ministrar aulas no projeto.

Executamos treinamentos específicos para alunos e professores, instruindo-os sobre as especificidades do curso de Jornalismo da Terra, a realidade dos assentados e assentadas da reforma agrária, a necessidade da utilização de técnicas motivadoras de ensino e aprendizado e da introdução de novas dinâmicas que pudessem apontar para formas inovadoras de apreensão dos conteúdos e reflexão sobre as temáticas tratadas no curso.

Alunos e professores que atuaram no projeto foram selecionados de acordo com as normas do PRONERA e da UFC. As disciplinas foram ministradas por professores efetivos e professores especialistas contratados por meio de processo seletivo simples, que consiste na análise de currículo e realização de entrevista. Os estudantes universitários, que apoiavam as ações junto aos alunos, eram provenientes da graduação regular em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo.

Reuniões de planejamento e avaliação com professores

No início da terceira e da quarta etapas, em 2011, contávamos com 51 alunos matriculados dos 60 que iniciaram o curso. Já no início da quinta etapa, em dezembro de 2011, este número caiu para 50 alunos. Em 2012, tivemos mais cinco desistências ao longo da quinta e sexta etapas.

Dos 60 alunos que iniciaram o curso, 45 chegaram até o final. Os 15 que desistiram tiveram que abandonar o curso, porque saíram do Movimento sem Terra, o que tornou inviável sua continuidade, já que só os assentados e assentadas indicados pelas suas instituições organizadas poderiam fazer o curso.

Para o planejamento das atividades ao longo de todas as etapas, contamos com a participação da equipe e dos parceiros, visando definir calendário, locais de realização das atividades, disciplinas e seminários a serem realizados, organização do tempo escola⁴ e do tempo comunidade⁵, espaços para as atividades de ensino, escala de laboratórios e outras atividades.

⁴ Tempo escola ou período presencial de, inicialmente, 30 dias e, a partir do quarto semestre, de 45 dias, em que os alunos viam, de forma concentrada, em Fortaleza, 70% do conteúdo das disciplinas do semestre.

⁵ Tempo comunidade que compreendia o restante do semestre em que os estudantes retornavam aos assentamentos e concluíam 30% da carga horária das disciplinas pelos trabalhos e outras atividades em consonância com seu trabalho no campo.

Quanto ao planejamento de ensino (seleção de conteúdos, escolha e produção de materiais didáticos, definição de procedimentos metodológicos e avaliação), a equipe pedagógica realizou várias reuniões para estruturar todo o esquema de trabalho de todas as etapas do curso.

Os alunos universitários, sob a supervisão pedagógica e da coordenação geral do curso, realizaram o planejamento para o acompanhamento das atividades dos professores em sala de aula durante o tempo escola, com assessoria permanente aos alunos, inclusive fora da sala de aula, com duas horas diárias de acompanhamento nas tarefas e estudos no alojamento em que os alunos estavam instalados ou nas dependências da própria Universidade.

Ainda visando à formação dos alunos universitários e demais membros da equipe, foi executado um trabalho de aprofundamento e investigação dos temas ligados ao Jornalismo da Terra, bem como das relações entre a mídia e a questão da terra, no Grupo de Pesquisa Mídia, Cultura e Política⁶, que se reunia, quinzenalmente, discutindo trabalhos relacionados a este campo de estudos.

Além disso, integraram o Grupo de Estudos Mídia, Cultura e Política, os alunos do Mestrado em Comunicação, vinculados à linha de pesquisa Mídia e Processos Socioculturais, que desenvolvem trabalhos ligados às relações entre mídia, movimentos sociais e cidadania.

Ao longo do curso e, especialmente, durante os dois semestres de 2013, trabalhamos o aprofundamento de várias temáticas relacionadas à Comunicação e assistimos à apresentação de vários projetos de monografia, dissertações de Mestrado, pesquisas coletivas e trabalhos de Pós-Doutorado⁷, envolvendo temáticas ligadas aos assentados e assentadas da reforma agrária.

⁶ O grupo de estudos Mídia, Cultura e Política, coordenado pela professora Márcia Vidal Nunes e pela professora Catarina Tereza Farias de Oliveira, conta com a participação do professor Edgard Patrício de Almeida Filho, todos professores permanentes do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, além da presença dos estudantes universitários do Mestrado em Comunicação e de alunos da Graduação em Jornalismo, especialmente da disciplina Jornalismo no Terceiro Setor, que participaram das atividades, num esforço de integração entre sala de aula, pesquisa e extensão.

⁷ Dissertações de Mestrado, orientadas por Márcia Vidal Nunes, no PPGCOM da UFC: Helena Martins do Rêgo Barreto. *Comunicação e contra-hegemonia: a produção comunicativa como estratégia política do MST*, 2010, bolsa Capes; Isabelle Azevedo Ferreira. *Resistência e projeto: o ambientalismo na construção da identidade do movimento dos trabalhadores rurais sem terra*, 2014, bolsa Capes; Camila Chaves Ferreira. *Entre (Sem) Terras e Fronteiras: o Diálogo como Tática do Movimento*, 2011, bolsa FUNCAP; Antônio Simões Menezes. *Jornalismo de resistência: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela revista Sem-Terra*. 2010. Pesquisa financiada pelo CNPq, intitulada *Mídia Comunitária do MST: análise do processo de formação da auto-imagem do movimento (2008-2009)* e coordenada pelas professoras Catarina Tereza Farias de Oliveira e Márcia Vidal Nunes. NUNES, Márcia V. *Teologia da Liberação, mística e MST: o papel da Comunicação grupal libertadora na organização política do Movimento*. 1a. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2012. 124p. OLIVEIRA, Catarina. T. F. *Comunicação, recepção e memória no Movimento Sem Terra: etnografia do assentamento Itapuí/RS*. 1. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014. 176p. Marilene de Oliveira Silva. *Assentamento Francisco Océlio Alves: Um estudo de caso dos Movimento sociais e a Educação do campo*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação) – Universidade Estadual do Ceará. Orientador: Catarina Tereza Farias de Oliveira.

Desenvolvimento da proposta curricular

A proposta curricular para este curso teve como ponto de partida os interesses e a realidade dos diversos assentamentos dos Estados envolvidos, em todo o país. Para melhor atender a esta realidade, o curso foi organizado a partir de eixos temáticos, articulando os conteúdos, que foram distribuídos nas diversas unidades curriculares, de forma contextualizada e integrada, numa perspectiva curricular interdisciplinar e transversal.

Foram princípios orientadores desta proposta: a compreensão da comunicação como uma prática humana e histórica, envolvendo em sua dinâmica tanto as relações sociais mais amplas, como as realizadas a nível local; como prática social, a comunicação deve possibilitar o acesso ao conhecimento, permitindo o agir sobre o mundo de forma criativa e reflexiva; a comunicação contribui, ainda, para a emancipação individual e coletiva, estabelecendo relações mais igualitárias, produzindo e democratizando os conhecimentos; acesso aos saberes populares e científicos deve ser feito por meio de um processo dialógico, em que professores e estudantes são sujeitos na produção de novos conhecimentos; a construção de uma prática comunicacional que priorize a questão agrária brasileira, sendo esta o fio condutor de todo o curso, relacionando-a com a questão comunicacional mais ampla; a teoria teve por referência a prática social, recriando-a criticamente; a relação pesquisa-ensino-extensão possibilitou o confronto dos conteúdos do curso com a realidade comunicacional, contribuindo para a formação de jornalistas da terra.

A integralização curricular do curso, assim como no curso de Jornalismo regular, estava prevista para ocorrer em quatro anos ou oito semestres, perfazendo um total de 3.184 h/a, com um total de 199 créditos, dos quais 169 eram obrigatórios e 20 eram eletivos, além de dez créditos em atividades complementares. Os Projetos Experimentais do Curso de Jornalismo – Monografia ou Produção Jornalística, que eram os trabalhos de conclusão de curso, deveriam ser elaborados nos dois últimos semestres da Graduação, nas disciplinas de Projeto Experimental I e II. O Projeto Experimental I, com a carga horária de 96 horas/aula e o Projeto Experimental II, com carga horária de 208 horas/aula.

Além das disciplinas ofertadas ao curso de Jornalismo regular, cujo conteúdo foi adaptado, sempre que possível, ao aprofundamento de processos comunicacionais que pudesse aprimorar o exercício da comunicação por parte dos assentados e assentadas, a estrutura curricular introduziu algumas disciplinas opcionais diretamente voltadas às necessidades dos assentados e assentadas, com a duração de 64 horas/aula, ao longo do curso, tais como: Oficina de Rádio Comunitária, Oficina de Vídeo, Tópicos Especiais em Comunicação e Tópicos Especiais em Comunicação para a Reforma Agrária.

Uma das maiores contribuições do curso foi o incentivo à Comunicação Comunitária, que estimula o exercício da cidadania:

[...] a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania. Engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle dos movimentos e organizações sociais sem fins lucrativos. Em última instância, realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para se comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação ativa do cidadão, como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos, propicia a constituição de processos educomunicativos, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do exercício da cidadania (PERUZZO, 2006, p.9-10).

Ao mesmo tempo, o curso de Jornalismo da Terra se comprometeu com o empoderamento dos assentados e assentadas da reforma agrária do Movimento sem Terra:

Empoderamento, de *empowerment*, em inglês, quer dizer participação popular ativa com poder de controle e de decisão nos processos sociais (políticas públicas relacionadas à educação, saúde, transporte, questões de gênero, geração de renda), e como tal, também, dos meios de comunicação. O desafio atual é justamente avançar no empoderamento qualitativo e amplo das novas tecnologias de comunicação (PERUZZO, 2006, p.10).

Além disso, deixamo-nos guiar pelos princípios da Comunicação Grupal Libertadora. A sistematização das fases ou etapas que definem a comunicação libertadora proposta por Terrero (1988, p.108-109) apontam o grupo como elemento animador. Num momento seguinte, a mensagem-meio proporciona a aproximação à realidade. Na fase seguinte, o problema colocado é discutido, refletindo sobre ele, e se obtém certo grau de conscientização. Tudo isto por meio do diálogo. São efetuadas ações libertadoras, relacionadas com o problema colocado. Avalia-se todo o processo para evitar os mesmos erros e avançar.

Ao descrever a comunicação grupal libertadora como processo (TERRERO, 1988), tentam-se desvendar os elementos que desencadeiam a formação do grupo: a exploração leva à organização. A meta do grupo formado, então, seria combater esta exploração. Um grupo libertador atravessa várias etapas em seu processo de constituição: na primeira etapa, os grupos surgem pela necessidade que toda pessoa tem de relacionamento com vizinhos, líderes e outras comunidades. Na segunda etapa, os grupos se autodeterminam por meio de seus objetivos. E, na terceira etapa, os grupos se projetam por meio de suas ações que visam à concretização de seus objetivos.

Poderíamos classificar a comunicação grupal libertadora como uma prática de comunicação comunitária, na acepção de Paiva (2003, p.48):

Dentro de um esquema de comunicação comunitária – aquela orientada não por uma lógica puramente empresarial, mas principalmente por determinações grupais ou comunais – importam muito mais os objetivos e o comprometimento entre as partes, para se alcançar metas programadas do que o uso de x ou y sistema de comunicação.

Na formulação específica destes conteúdos, o Projeto Acadêmico do curso assumiu uma decidida e consistente perspectiva humanística. As próprias tecnologias, com a dimensão transformadora presente na atualidade, receberam tratamento que fizeram sua compreensão pelo estudante ultrapassar os aspectos utilitários e alcançar as interações entre a Comunicação e a cultura, a política, a economia e a reforma agrária.

A proposta pedagógica, seguindo as diretrizes determinadas pelo PRONERA, fundamentou-se em dois tipos de atuação, em cada unidade curricular: um período intensivo, presencial (tempo escola) e outro não presencial (tempo comunidade), sob a forma de trabalho dirigido e executado na própria comunidade.

O tempo presencial (tempo escola) consistiu num momento intensivo com presença direta dos estudantes, onde estes participaram de um conjunto de atividades organizadas (aula, oficina, organização, trabalho...), conforme a proposta metodológica de cada etapa e as unidades curriculares previstas. Este tempo presencial constou de 70% das horas/aula previstas nas disciplinas para cada semestre, tendo como procedimento didático fundamental a perspectiva dialógica. Os alunos utilizaram o espaço e a infraestrutura do Curso de Jornalismo da UFC para a realização das aulas e das atividades didáticas.

Foram utilizadas técnicas de trabalho em pequenos grupos, plenárias, exposições coletivas, leitura e discussão de textos, pesquisas e atividades práticas. Os temas abordados, nas diversas áreas do conhecimento, foram aprofundados a partir de leituras da produção científica e cultural dos docentes da UFC, assim como de integrantes dos assentados e assentadas da reforma agrária, que foram solicitados a contribuir mediante doação de exemplares para constituição de biblioteca de apoio aos grupos de estudo/Núcleo de Formação.

O tempo não presencial (tempo comunidade) correspondeu a 30% das horas/aulas previstas para cada semestre. Esse momento foi o tempo de retorno e de atuação direta dos estudantes no cotidiano dos assentamentos, realizando trabalhos das unidades curriculares numa perspectiva interdisciplinar, integrados às atividades nas organizações em que estão engajados, conforme o planejamento destas, articulando a formação teórica com a prática. O trabalho não presencial se desenvolveu na própria comunidade do estudante e foi acompanhado por professores e estudantes universitários. Ao final de cada semestre,

os estudantes apresentaram uma produção escrita e/ou gravada como resultado dessa aprendizagem.

Segundo as sugestões apresentadas por alunos, professores e bolsistas, a partir da quarta etapa, o tempo escola foi ampliado de 30 para 45, o que possibilitou maior carga horária para a realização de leituras e trabalhos, tornando a atividade didática menos corrida, como foi apontado na avaliação realizada pelos alunos, no final do tempo escola desta etapa.

Um elemento marcante do tempo escola da quinta, sexta, sétima e oitavas etapas do curso foi a realização de atividades de extensão que complementaram a formação dos alunos. Seminários, palestras e oficinas tiveram participação dos alunos do curso de Jornalismo da Terra que, com a ampliação da etapa, tiveram um período coincidente com as atividades dos cursos regulares do Centro de Humanidades, possibilitando um maior intercâmbio com os demais alunos da UFC. Além disso, os alunos foram beneficiados com o funcionamento da Biblioteca que, geralmente, entra em recesso em parte das férias, pegando livros emprestados e frequentando os diversos ambientes universitários.

A última fase, que aconteceu de janeiro a maio de 2014, foi a revisão dos trabalhos de conclusão de curso, com auxílio dos orientadores e da coordenação, e encaminhamento para a biblioteca, para facultar à sociedade a consulta aos trabalhos.

Sistema de registro, acompanhamento e avaliação

A frequência foi acompanhada pelos professores e os alunos foram avaliados ao longo de todas as disciplinas, apresentando trabalhos que foram apreciados no tempo escola e outros trabalhos realizados no tempo comunidade, que também foram corrigidos e avaliados pelos professores, sendo as notas incorporadas às médias finais.

Houve, ainda, processos de recuperação, para ajudar àqueles alunos que não obtiveram a média necessária à aprovação. Para isto, os alunos contaram com o acompanhamento do tempo recuperação, realizado, simultaneamente, ao acompanhamento do tempo escola dos alunos que não ficaram de recuperação. Os professores e monitores se revezaram, ora atendendo aos alunos em recuperação, ora atendendo aos alunos que tinham dúvidas na realização dos trabalhos do tempo escola de cada etapa.

Dessa avaliação, percebe-se que houve um progresso intelectual dos(as) educandos(as), cuja apropriação do conhecimento científico contribuiu, para fundamentar a sua formação política e técnica na área do Jornalismo do Campo e para a melhoria das condições das atividades de Comunicação nos assentamentos de maneira geral, tanto na comunicação interna quanto na comunicação externa, com o restante da sociedade.

Trabalhos de conclusão de curso

Com o objetivo de analisar a contribuição do curso de graduação em Jornalismo da Terra à reflexão dos processos de Comunicação internos e externos dos assentamentos, realizamos a análise de conteúdo dos 45 trabalhos de conclusão de curso que foram produzidos pelos alunos. Utilizamos o método de análise de conteúdo que tenciona “obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p.46).

Estes trabalhos foram de caráter mais prático (documentários radiofônicos ou audiovisuais, podcasts, livros-reportagem, *sites*, jornais), ou teórico (monografias) e se enquadram em alguns grupos, de acordo com seus objetivos específicos. Após a análise do material, identificamos nove grupos cujos trabalhos foram classificados conforme a temática abordada: trabalhos relacionados a situações de conflito entre o MST e a sociedade; compreensão da comunicação interna nos assentamentos; produtos de comunicação alternativos, divulgando a opção dos assentamentos pela agroecologia, as lutas e a trajetória histórica, política e cultural do MST; temas relacionados aos fenômenos naturais ou projetos de intervenção na natureza e suas implicações; trabalhos que retratam as lutas específicas do MST na conquista pela terra e a trajetória histórica de alguns assentamentos; trabalhos sobre a criação de escolas nos assentamentos; trabalhos sobre os projetos que envolvem os assentados do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); trabalhos sobre experiências de comunicação alternativa na sociedade; e um trabalho sobre o curso de Jornalismo da Terra.

No primeiro grupo, quatro⁸ monografias se referem à análise da cobertura jornalística da mídia sobre situações de conflito entre o MST e a sociedade: A monografia, por exemplo, *O quilombo Rio dos Macacos (BA): silenciamento e invisibilidade na imprensa baiana*, de Ana Iris Nogueira Pacheco, analisa a partir do discurso hegemônico do jornal *O Correio da Bahia*, a cobertura ao conflito territorial entre o Quilombo Rio dos Macacos e a Marinha do Brasil.

Para observar a forma como o jornal (pertencente a um conglomerado político de comunicação) constrói seu discurso acerca do referido conflito, utilizamos material veiculado por este sobre a referida situação (matérias, notas, reportagens, carta do leitor) durante o período de março a agosto de 2012 (PACHECO, 2013, p.7).

⁸ *O quilombo Rio dos Macacos (BA): silenciamento e invisibilidade na imprensa baiana*, de Ana Iris Nogueira; *Sob os trilhos da Vale no Pará: as questões sociais, a voz do Jornal o Liberal e o MST*, de Viviane Pereira Santa Brigida; *Folha de São Paulo e a cobertura da luta do assentamento Milton Santos*, de Antonio Kanova Junior; e *MST no Diário do Nordeste: a cobertura jornalística da ocupação do MST na secretaria de desenvolvimento rural no ano de 1997, em Fortaleza*, de Francisco Genivando Santos de Sousa.

O segundo grupo de trabalhos buscava compreender a comunicação interna nos assentamentos, aprimorar os meios de comunicação alternativos aí presentes e tornar mais fácil a comunicação interna no interior do movimento e deste com a sociedade. Nesse grupo, oito⁹ trabalhos refletiram sobre a atuação de experiências midiáticas nos assentamentos, principalmente de rádios comunitárias, e auxiliaram no processo de aperfeiçoamento da programação das emissoras; contribuindo, ao mesmo tempo, na construção de iniciativas, para ampliar a participação dos assentados e assentadas nas atividades das rádios comunitárias.

Um exemplo deste grupo é a monografia *Comunicação comunitária na rádio lagoa do mineiro: processos de construção das práticas comunicacionais no MST*, de Felipe Melo de Sousa é uma reflexão sobre comunicação comunitária e tem como objeto a radio Lagoa do Mineiro FM, localizada em assentamento do mesmo nome no município de Itarema,/CE-Brasil:

[...] percebemos que a forma como as famílias se organizam e expressam seus valores culturais será bem complexa. Suas relações com um veículo de comunicação que tem como meta desenvolver um papel mobilizador dentro do assentamento, varia de pessoas que pensam a rádio mais criticamente e veem seus limites, aqueles que não percebem, que muitas vezes a Lagoa do Mineiro FM, reproduz modelos da comunicação (SOUZA, 2013, p.6).

Estes trabalhos do segundo grupo produziram reflexões que avaliaram criticamente estas atividades, apontando-lhes erros e acertos, contribuindo para a correção de rumos destas experiências de comunicação alternativa no interior dos assentamentos, constituindo uma contribuição fundamental à melhoria da comunicação interna entre os assentados e destes com a sociedade.

O terceiro grupo de trabalhos¹⁰ se compõe de produtos alternativos, divulgando a opção dos assentamentos pela agroecologia, as lutas e a trajetória histórica, política e cultural do MST. Um exemplo deste grupo é o ensaio fotográfico *Agricultura familiar em documentário*:

⁹ Estudo de Recepção: Apropriação das informações do Programa Alô Litoral no Assentamento Lucas Dantas, de Wesley Oliveira Lima; Rádio 25 de maio: a participação da mulher na experiência de comunicação do assentamento, de Maria Sheila Rodrigues do Nascimento; Comunicação: jornada de abril, acampados, de Rozana Maria da Conceição; o documentário audiovisual de Antônio Carlos Costa Luz, Rádio comunitária como instrumento de transformação:a experiência da rádio comunitária Resistência FM em Belém do Pará; A Relevância da Rádio Lagoa Grande FM 88,7 para o Assentamento Madre Paulina, rádio-documentário de Andreia Nunes; Comunicação comunitária na rádio lagoa do mineiro: processos de construção das práticas comunicacionais no MST, de Felipe Melo de Sousa; Internet e o uso do boletim MST/RJ do MST no Rio de Janeiro (2011), de Rafael Bonfim Miranda; e Comunicação e religião: construindo relações na Vila Diamante, de Carlos Magno Sirqueira e Cosme de Jesus Sousa Araújo.

¹⁰ Nesse grupo, enquadram-se os seguintes trabalhos: jornal impresso *Jornal do MST*, de Neuber Josélio Amador; o documentário radiofônico *Memória e Movimento das Manifestações Culturais dos Assentamentos Marrecas e Lisboa no período de 1989 até os dias atuais*, de Ioneide Nunes da Silva e Marilene Nascimento de Araújo; a análise do site: *A Comunicação. Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra e a experiência do site da Escola de Samba Unidos da Lona Preta*, de Silvana Bezerra da Silva; e o livro reportagem *Manifestações culturais no MST*, de Aparecida da Silva e Magnólia Fagundes da Silva, orientadas por Klycia Fontenelle, que aborda a Folia de Reis e a Cavalcada do MST.

imagens sobre a produção do assentamento Rosário, de Hildebrando Silva de Andrade, sobre a produção do assentamento P. A Rosário, localizado em Ceará Mirim, no Rio Grande do Norte.

Optei por este método pela viabilidade de se divulgar as atividades produtivas dessa área e pela intimidade criada com a fotografia ao longo do curso. Outro motivo, também, seria ter um registro das atividades de produção que a mídia de grande circulação não mostra e quando mostra é apenas para criticar negativamente (ANDRADE, 2013, p.7).

Estes trabalhos do terceiro grupo contribuíram para a elaboração de políticas de atuação no interior do MST, dando visibilidade a experiências pioneiras desenvolvidas no interior dos assentamentos, no campo da agroecologia, na área cultural, além das lutas específicas dentro dos assentamentos desenvolvidas pelo MST.

Num quarto grupo, identificamos a escolha de temas relacionados aos fenômenos naturais ou projetos de intervenção na natureza e suas implicações¹¹. Um exemplo deste grupo é um produto multimídia, com a elaboração de um *site* e de *podcasts*: análise do *site* e construção do blog: *Telecentro como ambiente de trabalho, descontração e integração social em suporte multimídia*, de Francisco de Assis dos S. Soares e Raquel da Luz Araújo de Souza.

A pesquisa tomou como objeto de preocupação o estudo de como e com que finalidade o telecentro é utilizado, como o telecentro proporciona a inclusão digital no Assentamento 17 de abril e analisar como o telecentro permite a interação social (SOARES; SOUZA, 2013, p.8).

Neste quarto grupo, os projetos desenvolvidos pelo governo federal abordados nos trabalhos foram apresentados e contribuíram para as reflexões suscitadas sobre o resultado destas iniciativas, auxiliando à compreensão das transformações às quais os assentados e assentadas foram submetidos.

Num quinto grupo, encontramos trabalhos que retratam as lutas específicas do MST na conquista pela terra e a trajetória histórica de alguns assentamentos¹².

¹¹ Integram este grupo o livro-reportagem *As repercussões da transposição do rio São Francisco em Petrolândia*, de Maria Genilda da Rocha Teixeira; e os rádio-documentários *A seca na região Nordeste*, de Francisco Marcelo Matos da Silva, Cleucivânia Ribeiro e Tiago Pereira; e a *Construção do Complexo Binacional Hidrelétrico Garabi e os impactos às populações atingidas*, de Neudicleia Neres Oliveira e Fábio Luís Reis; a monografia sobre o *Complexo hidroelétrico do Tapajós: o discurso desenvolvimentista do governo federal nos produtos de comunicação do diálogo Tapajós*, de Cleidiane Vieira.

¹² Enquadram-se neste grupo: o documentário radiofônico de Antônia Maria Bezerra e Pedro Ferreira de Oliveira Neto, *A história da luta pela reforma agrária no Assentamento Palmare*; o documentário audiovisual: *A história da luta pela terra na comunidade de resistência Boqueirão/Sobral-CE*, de Antonia Aline Costa de Oliveira e Lucilene Nascimento da Luz Silva e Samuel do Nascimento Silva; o documentário audiovisual *História de uma Luta – Chapada Diamantina*, de Roque Reis dos Santos e Romilson Joaquim de Souza; e o trabalho, de Reynaldo da Silva Costa, o rádio-documentário *Relatos da marcha estadual por reforma agrária, emprego moradia e justiça – 1997 – Maranhão*.

Há, ainda, no sexto grupo, dois trabalhos que discorrem sobre a criação de escolas nos assentamentos: *Escolarização/alfabetização de jovens e adultos no assentamento Novo Horizonte*, de Eliane de Souza Saraiva; e o jornal impresso *Jornal Escola em Movimento*, de Geani Paula de Souza da Rosa e Riquiel Capitani.

Outros dois trabalhos, no sétimo grupo, com temáticas relacionadas ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que são os assentados e assentadas que foram retirados de suas terras e transferidos para outras localidades em função da construção de barragens: o jornal impresso *Jornal dos Atingidos em Luta*, de Mércia Vieira Fernandes; e o documentário audiovisual *A Voz dos Atingidos*, de Nelsina Gomes Neta.

Mais dois trabalhos, no oitavo grupo, sobre experiências de Comunicação Alternativa, envolvendo outros setores organizados da sociedade colaboraram para a compreensão do MST de experiências diversificadas nesta área e dos elos destas experiências com a atuação do movimento: o rádio-documentário *Rede Tucum*, de Eliana Leite Martins Farias, e o documentário audiovisual *Ocupação do MTST na periferia de Fortaleza e a relação com o MST*, de Carlos Silva.

Houve, ainda, um único trabalho no nono grupo; um rádio documentário sobre o *Curso de Jornalismo da Terra*, de Ramiro Olivier de Souza, que refletiu sobre a contribuição do curso ao aperfeiçoamento da comunicação interna do MST e do movimento com a sociedade.

As temáticas desenvolvidas nos trabalhos de conclusão de curso dos alunos foram bem específicas, em sua grande maioria, das lutas do Movimento sem Terra e, em particular, no que se refere ao uso de meios alternativos de comunicação, para aperfeiçoar a comunicação entre seus membros e com a sociedade.

Nesse sentido, o curso de Jornalismo da Terra foi uma contribuição ao aprofundamento da vivência democrática e ao exercício de uma cidadania insurgente:

As mesmas forças que de fato fragmentaram e dominaram os pobres rurais, reduzindo sua existência a “meras vidas”, incitam os pobres urbanos a exigir uma vida de cidadão. No entanto, não é na fábrica ou nas salas de sindicatos ou nas urnas de votação que eles articulam essa exigência com mais força e originalidade. É no domínio do *oikos*, na zona da vida doméstrica, tomando forma nas remotas periferias urbanas em torno da autoconstrução de residências. É uma insurgência que começa com a luta pelo direito a uma vida cotidiana na cidade merecedora da dignidade de cidadão. Do mesmo modo, suas demandas por uma nova forma de cidadania são concebidas em termos de moradia, propriedade, encanamento, creches, segurança e outros aspectos da vida cotidiana. Seus líderes são os “meramente cidadãos” do regime entrincheirado: mulheres, trabalhadores braçais, favelados, semianalfabetos e, acima de tudo, aqueles cujas famílias têm posses precárias de suas casas e que mal conseguem

assegurar um lote residencial numa região distante dos centros da elite. Esses são os cidadãos que, no processo de construir seus espaços residenciais, não apenas constroem uma grande e nova cidade como, sobre essa fundação, a constituem como uma pólis com uma diferente ordem de cidadania (HOLSTON, 2013, p.401).

Considerações finais

No processo de avaliação do curso, percebeu-se que houve um progresso intelectual dos educandos(as), cuja apropriação do conhecimento científico contribuiu, para fundamentar sua formação política e técnica na área do Jornalismo do Campo e da melhoria das condições das atividades de Comunicação nos assentamentos de maneira geral.

Foram utilizadas várias técnicas pedagógicas estimuladoras, privilegiando a participação e a postura crítica por parte dos alunos. Procurou-se, desde o início, conectar as atividades de pesquisa e inserção social dos alunos à realidade comunicacional dos assentamentos.

Na avaliação realizada pela coordenação do curso, pudemos constatar pelos depoimentos dos alunos que os conhecimentos obtidos no curso foram sendo aplicados nos trabalhos de comunicação nos assentamentos, à medida que os alunos iam tomando conhecimento das novas dinâmicas de produção comunicativa, facilitando a integração entre seus membros e ajudando na difusão de informações.

Os conhecimentos mais aplicados foram aqueles voltados ao aperfeiçoamento dos canais de comunicação já existentes no interior dos assentamentos. Além disso, os alunos que já exerciam atividades na área de comunicação passaram a exercer estas funções de forma profissional.

Outro aspecto extremamente positivo, no processo de avaliação final do curso de Jornalismo da Terra, foi a constatação de que os professores, estudantes universitárias, supervisão pedagógica e coordenação se empenharam no sentido de viabilizar todas as atividades previstas, procurando usar técnicas pedagógicas inovadoras¹³, envolvendo-se com pesquisa e extensão e aprofundando seus conhecimentos sobre as relações entre mídia, cidadania, movimentos sociais e a questão da terra.

O curso foi aprovado pela Universidade Federal do Ceará para ser executado em turma única, e não há previsão de que uma nova turma venha a ser constituída. Os assentados e assentadas foram consultados sobre a possibilidade da abertura de uma nova turma, mas explicaram que não havia demanda para a realização de mais um curso naquele momento.

¹³ As técnicas de comunicação participativa e dinâmicas de grupo tornaram as aulas mais atraentes e participativas, proporcionando um maior resultado no aprendizado e na ampliação do nível de reflexão crítica dos educandos (as) em relação à realidade que os cerca.

Sem dúvida nenhuma, a comunicação interna do Movimento foi aperfeiçoada com a contribuição dada pelos alunos que concluíram o curso refletindo sobre as experiências de comunicação em seus próprios assentamentos ou no interior da sociedade, realizando produtos de comunicação e também pela atuação de alguns desses novos profissionais em órgãos de comunicação internos nos assentamentos ou no próprio MST, sejam rádios comunitárias, jornais, assessorias de comunicação etc. A atuação desses novos profissionais também vem repercutindo no aprimoramento da comunicação dos assentados e assentadas com a própria sociedade.

Nesse sentido, o curso de Jornalismo da Terra teve como objetivo maior a ampliação do exercício da cidadania que Holston (2013) define como insurgente e que, no Brasil, sempre foi marcada pela diferenciação, com a vivência desigual de direitos políticos, sociais e civis pela população excluída, na qual se incluem os sem terra. Cabe, agora, aos jornalistas da terra prosseguirem na missão de abrir novos caminhos que ampliem o exercício da cidadania, à medida que continuam lutando pelo reconhecimento de seus direitos.

Referências

- ANDRADE, Hildebrando S. **Relatório Técnico Ensaio Fotográfico “Agricultura Familiar em Documentário:** Imagens sobre a produção do assentamento”. Fortaleza, 2013. 24f.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011. 281p.
- CALDART, Roseli. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004. 440 p.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente – Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013. 498 p.
- PACHECO, Ana Iris N. Trabalho de conclusão de curso: **O quilombo Rio dos Macacos (BA): silenciamento e invisibilidade na imprensa baiana.** Fortaleza, 2013. 127f.
- PAIVA, Raquel. **O espírito comum – Comunidade, mídia e globalismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Maud, 2003.
- PERUZZO, Cicilia M.K. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: XIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 2006. **Anais.** Brasília, set. 2006.
- SOARES, F.de Assis dos S.; SOUZA, Raquel da Luz A. **Telecentro como ambiente de trabalho, descontração e integração social em suporte multimídia.** 2013. 56 f. Trabalho de conclusão de curso de Jornalismo da Terra – UFC, Fortaleza.
- SOUZA, Felipe M. **Comunicação comunitária na rádio Lagoa do Mineiro:** processos de construção das práticas comunicacionais no MST. 2013. 49f. -Trabalho de conclusão de curso de Jornalismo da Terra – UFC, Fortaleza.
- TERRERO, José M. **Comunicação grupal libertadora.** São Paulo, Paulinas, 1988.

Márcia Vidal Nunes

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Instituto de Cultura e Arte da UFC. Doutora em Sociologia pelo UFC (1998). Autora de *Teologia da Libertação, mística e MST: o papel da Comunicação Grupal Libertadora na organização política do movimento*. 2^a ed. Fortaleza, Edições UFC, 2014, 124p.; *Rádio, Cidadania e Campanhas Eleitorais* (1998-2008). Rio de Janeiro: E-papers, 2010, v.1, 212p; *Rádio e Política: do microfone ao palanque – os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996)*. 1^a ed. São Paulo, Annablume, 2000, v.1, 362p; *Imprensa e Poder: o I e o II Veterados (1963-1966 e 1979-1982) no jornal O Povo*. Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994, 154p. E-mail: marciavn@hotmail.com

Catarina Tereza Farias de Oliveira

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Instituto de Cultura e Arte da UFC. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (2002). Cumpriu estágio pós-doutoral em Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), onde desenvolveu pesquisa sobre a comunicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no assentamento de Itapuí, em Nova Santa Rita (RS). É professora associada da Universidade Estadual do Ceará (Uece) desde 1995. É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da UFC, atuando na linha de pesquisa Mídia e Práticas Sócio-Culturais. Atua, principalmente, nos seguintes temas: comunicação comunitária e movimentos sociais, comunicação e educação, rádios comunitárias, recepção, cultura popular, comunicação e cultura. E-mail: catarinaoliveira30@gmail.com

Recebido em: 17.05.2016

Aceito em: 17.09.2016